



Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário

JUSTIÇA EM NÚMEROS

2009

Panorama do Judiciário Brasileiro

Justiça em Números

Premissas

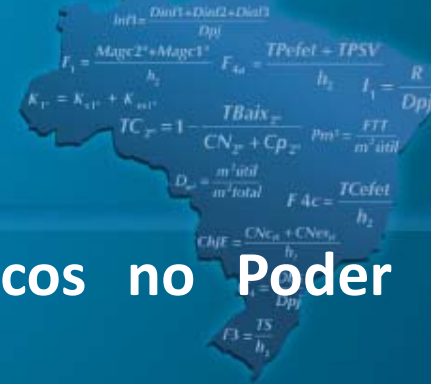


A coleta e o tratamento de dados estatísticos no Poder Judiciário visam :

- possibilitar o entendimento, em bases sólidas, das questões **orçamentárias**, **administrativas** e de **litigiosidade** do Poder Judiciário brasileiro nas Justiças Federal, dos Estados e do Trabalho;
- fomentar a realização dos mais diversos **diagnósticos** sobre o Poder Judiciário;

Justiça em Números

Premissas



A coleta e o tratamento de dados estatísticos no Poder Judiciário visam (*cont.*):

- reforçar o compromisso do Poder Judiciário com a **transparência** e prestação de contas perante a sociedade (em sintonia com a praxe já adotada pelos sistemas judiciais das democracias mais avançadas);
- subsidiar o **planejamento** e a formulação de políticas públicas judiciárias, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil.

Justiça em Números

Premissas



Base Normativa

Resolução Nº 4, de 16 de Agosto de 2005

Criou o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) e dá outras providências.

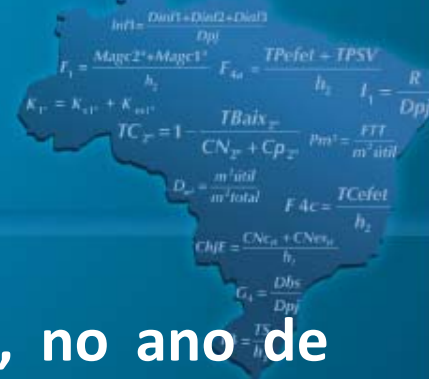
Resolução nº 76, de 12 de maio de 2009

Revogou a Resolução Nº 15 , de 20 de Abril de 2006 que regulamentava o SIESPJ.

Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos e dá outras providências.

Justiça em Números

Premissas



- A primeira edição do **Justiça em Números**, no ano de 2004, preservou os princípios norteadores do antigo Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ).
- Por se tratar de projeto com abrangência nacional, o BNDPJ serviu de balizamento para aprimorar os meios de coleta de dados e fundamentar a Resolução CNJ nº 15 (20 de abril de 2006), que dispunha sobre a **regulamentação** do SIESPJ.
- A partir dessa regulamentação, os indicadores estatísticos contidos no Justiça em Números passaram a ser **obrigatórios** para os órgãos do sistema judiciário nacional, magistrados e servidores.

Justiça em Números

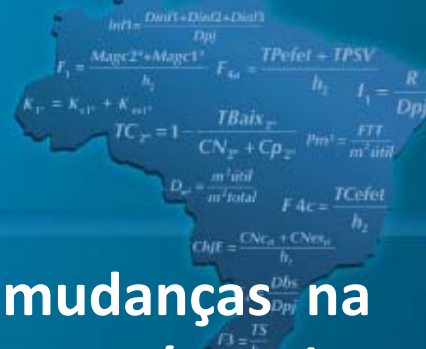
Premissas



- Em **2007**, as autoridades dos tribunais das Justiças dos Estados, Federal e Trabalhista foram convidadas a participar do projeto de **aprimoramento da Resolução n° 15/2006** (com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento do SIESPJ e dar prosseguimento ao processo de preservação da qualidade da série histórica do Justiça em Números).
- Os diversos encontros com representantes dos tribunais para debater e sugerir melhorias nas variáveis, indicadores e glossários culminaram na edição da **Resolução CNJ n° 76**, em 12 de maio de 2009.

Justiça em Números

Nova Metodologia



A edição deste ano contempla importantes mudanças na metodologia de coleta de dados (Resolução CNJ n. 76/2009):

- Dados inéditos sobre **litigiosidade**, em especial no que tange às fases processuais de conhecimento e execução, bem como do quantitativo de processos criminais e execução fiscal;
- Primeira coleta de dados sobre o grau de implantação do **processo eletrônico**, com vistas a averiguar o nível de adesão à informatização do trâmite processual;

Justiça em Números

Nova Metodologia



A edição deste ano contempla importantes mudanças na metodologia de coleta de dados (Resolução CNJ n. 76/2009):
(*cont.*)

- Maior detalhamento das **despesas** (sobretudo nas despesas com recursos humanos);
- Informações mais precisas sobre o perfil da **força de trabalho** (servidores e magistrados).

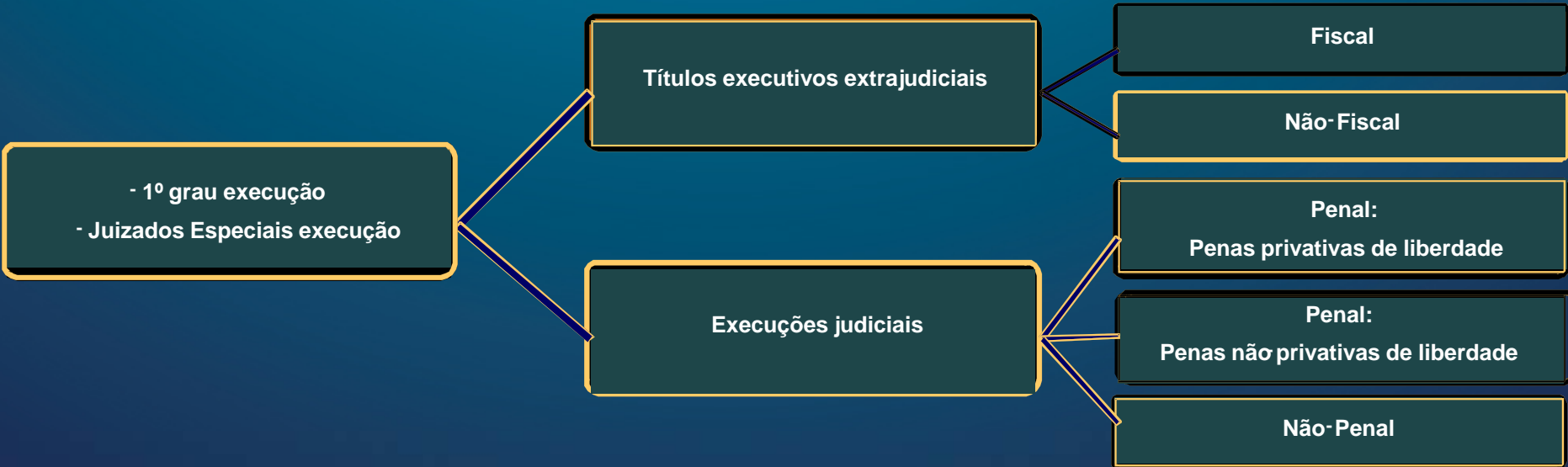
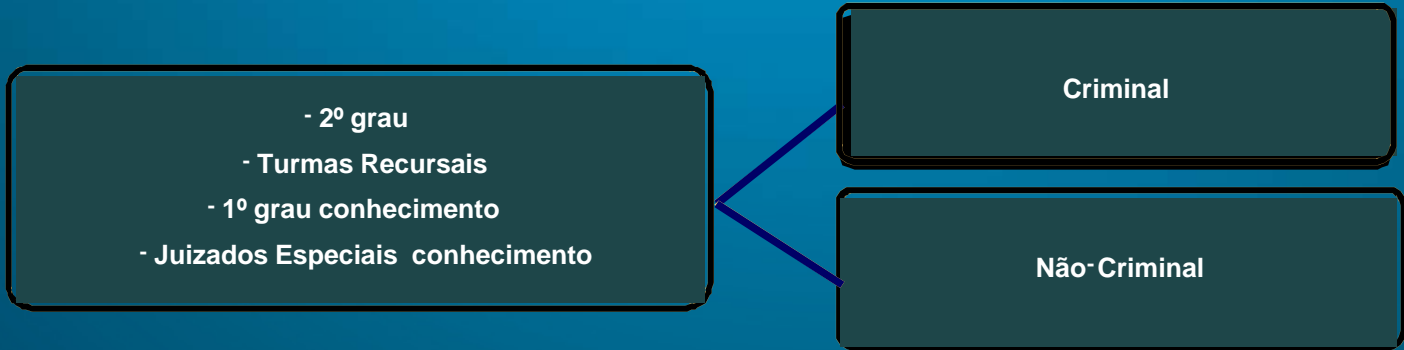
Justiça em Números

Nova Metodologia



- Com o objetivo de esclarecer as matérias motivadoras dos processos em tramitação e estabelecer percentuais para o melhor planejamento das políticas judiciárias, as informações sobre as variáveis foram subdivididas em **criminal, não-criminal, fiscal e não fiscal**.
- Em síntese, os dados referentes à litigiosidade passaram a ser coletados de acordo com o detalhamento seguinte:

Justiça em Números Nova Metodologia





PRINCIPAIS ASPECTOS

- Estrutura
- Despesas e Receitas
- Demanda
- Carga de trabalho
- Pontos de estrangulamento
- Produtividade

Justiça em Números

Estrutura



FORÇA DE TRABALHO

- ✓ Os três ramos da Justiça mobilizam **16.108** magistrados e **312.573** servidores. Existem, na média, 8 magistrados para cada 100 mil habitantes (o Brasil, na comparação com outros países, está um pouco abaixo da média nesse indicador).
- ✓ Houve aumento de **2,2%** no número de magistrados e de **6,6%** no número de servidores (em relação a 2008).



FORÇA DE TRABALHO

- ✓ As despesas com recursos humanos representam, em média, **91,4%** da despesa total.
- ✓ **76%** dos servidores atuam na área judiciária (que engloba os setores que impulsionam diretamente o trâmite processual) e 64% são servidores efetivos do Poder Judiciário.

Justiça em Números

Estrutura – Justiça Federal



Rubrica	Federal	%	Geral*
Recursos Humanos			
Total de Magistrados	1.550	9,6%	16.108
Total de Magistrados no 2º Grau	139	6,0%	2.321
Total de Magistrados no 1º Grau	1.152	9,3%	12.433
Total de Servidores	40.438	12,9%	312.573
Total de Servidores Efetivos	23.172	11,6%	199.068
Total de Servidores Cedidos	558	18,7%	2.991
Total de Servidores Requisitados	3.751	24,8%	15.143
Total de Servidores Sem Vínculo	164	1,4%	11.495
Total de Servidores da Área Judiciária	17.682	9,4%	188.164
Total de Força de Trabalho	41.988	12,8%	328.681
Indicadores			
Índice de Servidores da Área Judiciária	66,7%	-	75,9%
Magistrados por 100.000 habitantes	0,81	-	8,41
Força de Trabalho por 100.000 habitantes	21	-	163

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Estrutura – Justiça do Trabalho



Rubrica	Trabalho	%	Geral*
Recursos Humanos			
Total de Magistrados	3.197	19,8%	16.108
Total de Magistrados no 2º Grau	533	23,0%	2.321
Total de Magistrados no 1º Grau	2.664	21,4%	12.433
Total de Servidores	44.581	14,3%	312.573
Total de Servidores Efetivos	33.503	16,8%	199.068
Total de Servidores Cedidos	1.239	41,4%	2.991
Total de Servidores Requisitados	3.263	21,5%	15.143
Total de Servidores Sem Vínculo	205	1,8%	11.495
Total de Servidores da Área Judiciária	27.271	14,5%	188.164
Total de Força de Trabalho	47.778	14,5%	328.681
Indicadores			
Índice de Servidores da Área Judiciária	76,3%	-	75,9%
Magistrados por 100.000 habitantes	1,67	-	8,41
Força de Trabalho por 100.000 habitantes	23	-	163

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Estrutura – Justiça Estadual



Rubrica	Estadual	%	Geral*
Recursos Humanos			
Total de Magistrados	11.361	70,5%	16.108
Total de Magistrados no 2º Grau	1.649	71,0%	2.321
Total de Magistrados no 1º Grau	8.617	69,3%	12.433
Total de Servidores	227.554	72,8%	312.573
Total de Servidores Efetivos	142.393	71,5%	199.068
Total de Servidores Cedidos	1.194	39,9%	2.991
Total de Servidores Requisitados	8.129	53,7%	15.143
Total de Servidores Sem Vínculo	11.126	96,8%	11.495
Total de Servidores da Área Judiciária	143.211	76,1%	188.164
Total de Força de Trabalho	238.915	72,7%	328.681
Indicadores			
Índice de Servidores da Área Judiciária	78,4%	-	75,9%
Magistrados por 100.000 habitantes	5,93	-	8,41
Força de Trabalho por 100.000 habitantes	119	-	163

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Despesas e Receitas



DESPEAS E RECEITAS

- ✓ As despesas totais do Judiciário (Federal, Trabalhista e Estadual) somaram o montante de **37,3 bilhões**. A Justiça **Estadual** responde por **56%** desse valor, cabendo considerar que também é a mais demandada (tendo recebido 18 milhões de casos novos em 2009).
- ✓ A despesas cresceram **9%** em 2009, tendo permanecido no mesmo patamar da média de crescimento anual verificada no período entre 2004 e 2008 (9,1%). Devemos, ainda, considerar a **nova metodologia**, que agora inclui os restos a pagar.
- ✓ Em 2009, foram arrecadados R\$ **19,3 bilhões** em receitas de execuções.

Justiça em Números

Despesas e Receitas – Justiça Federal



Rubrica	Federal	%	Geral*
Despesas			
Despesa Total da Justiça	R\$ 6.129.836.730	16,4%	R\$ 37.331.388.106
Despesa com Recursos Humanos	R\$ 5.703.302.909	16,8%	R\$ 33.893.261.588
Despesa com Remuneração, Proventos e Pensão	R\$ 4.395.106.008	16,2%	R\$ 27.140.956.247
Despesa com Benefícios e Encargos	R\$ 964.156.255	18,7%	R\$ 5.164.369.227
Despesa com Terceirizados e Estagiários	R\$ 272.474.182	23,0%	R\$ 1.184.324.371
Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com RH	R\$ 71.566.464	15,9%	R\$ 450.772.468
Despesa com Bens e Serviços e de Capital	R\$ 459.384.271	13,3%	R\$ 3.457.154.415
Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 5.355.415.911	16,6%	R\$ 32.275.806.261
Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	R\$ 4.732.746.483	17,3%	R\$ 27.377.158.545
Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	R\$ 622.669.430	12,7%	R\$ 4.898.647.708
Despesa com Custeio e Capital	R\$ 723.075.593	11,2%	R\$ 6.466.515.996
Despesa com Custeio	R\$ 583.116.100	10,9%	R\$ 5.350.562.312
Despesa com Capital	R\$ 139.959.493	12,5%	R\$ 1.115.953.684
Receitas			
Total de Receitas	R\$ 9.290.499.356	48,1%	R\$ 19.322.501.562
Indicadores			
Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	0,20%	-	1,19%
Despesa Total da Justiça por Habitante	R\$ 32	-	R\$ 195
Despesa Total da Justiça por Caso Novo	R\$ 1.817	-	R\$ 1.463
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,0%	-	91,4%
Receitas em relação à Despesa Total da Justiça	209,2%	-	54,6%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Despesas e Receitas – Justiça do Trabalho

$$F_1 = \frac{Magr2^* + Magr1^*}{Dp1} \quad F_{ca} = \frac{TPefet + TPSV}{h_2} \quad I_1 = \frac{R}{Dpj}$$

$$K_1 = K_{11} + K_{111} \quad TC_z = 1 - \frac{TBaix_z}{CN_z + Cp_z} \quad Pm^1 = \frac{PTT}{m^1util}$$

$$D_z = \frac{m^1util}{m^1total} \quad FAc = \frac{TCefet}{h_2}$$

Rubrica	Trabalho	%	Geral*
Despesas			
Despesa Total da Justiça	R\$ 10.158.536.903	27,2%	R\$ 37.331.388.106
Despesa com Recursos Humanos	R\$ 9.409.013.675	27,8%	R\$ 33.893.261.588
Despesa com Remuneração, Proventos e Pensão	R\$ 7.775.587.427	28,6%	R\$ 27.140.956.247
Despesa com Benefícios e Encargos	R\$ 1.469.692.832	28,5%	R\$ 5.164.369.227
Despesa com Terceirizados e Estagiários	R\$ 135.125.668	11,4%	R\$ 1.184.324.371
Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com RH	R\$ 75.768.473	16,8%	R\$ 450.772.468
Despesa com Bens e Serviços e de Capital	R\$ 492.262.548	14,2%	R\$ 3.457.154.415
Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 9.430.172.495	29,2%	R\$ 32.275.806.261
Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	R\$ 7.306.615.842	26,7%	R\$ 27.377.158.545
Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	R\$ 2.123.556.646	43,3%	R\$ 4.898.647.708
Despesa com Custeio e Capital	R\$ 930.469.380	14,4%	R\$ 6.466.515.996
Despesa com Custeio	R\$ 769.340.165	14,4%	R\$ 5.350.562.312
Despesa com Capital	R\$ 161.129.215	14,4%	R\$ 1.115.953.684
Receitas			
Total de Receitas	R\$ 3.392.267.944	17,6%	R\$ 19.322.501.562
Indicadores			
Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	0,32%	-	1,19%
Despesa Total da Justiça por Habitante	R\$ 53	-	R\$ 195
Despesa Total da Justiça por Caso Novo	R\$ 2.971	-	R\$ 1.463
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,1%	-	91,4%
Receitas em relação à Despesa Total da Justiça	34,3%	-	54,6%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Despesas e Receitas – Justiça Estadual



Rubrica	Estadual	%	Geral*
Despesas			
Despesa Total da Justiça	R\$ 21.043.014.473	56,4%	R\$ 37.331.388.106
Despesa com Recursos Humanos	R\$ 18.780.945.004	55,4%	R\$ 33.893.261.588
Despesa com Remuneração, Proventos e Pensão	R\$ 14.970.262.812	55,2%	R\$ 27.140.956.247
Despesa com Benefícios e Encargos	R\$ 2.730.520.140	52,9%	R\$ 5.164.369.227
Despesa com Terceirizados e Estagiários	R\$ 776.724.521	65,6%	R\$ 1.184.324.371
Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com RH	R\$ 303.437.531	67,3%	R\$ 450.772.468
Despesa com Bens e Serviços e de Capital	R\$ 2.505.507.596	72,5%	R\$ 3.457.154.415
Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 17.490.217.855	54,2%	R\$ 32.275.806.261
Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	R\$ 15.337.796.220	56,0%	R\$ 27.377.158.545
Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	R\$ 2.152.421.632	43,9%	R\$ 4.898.647.708
Despesa com Custeio e Capital	R\$ 4.812.971.023	74,4%	R\$ 6.466.515.996
Despesa com Custeio	R\$ 3.998.106.047	74,7%	R\$ 5.350.562.312
Despesa com Capital	R\$ 814.864.976	73,0%	R\$ 1.115.953.684
Receitas			
Total de Receitas	R\$ 6.639.734.262	34,4%	R\$ 19.322.501.562
Indicadores			
Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	0,67%	-	1,19%
Despesa Total da Justiça por Habitante	R\$ 110	-	R\$ 195
Despesa Total da Justiça por Caso Novo	R\$ 1.124	-	R\$ 1.463
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,3%	-	91,4%
Receitas em relação à Despesa Total da Justiça	31,6%	-	54,6%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Demanda



LITIGIOSIDADE

- ✓ Houve o ingresso de **25,5 milhões** de processos no Judiciário (contudo, o crescimento foi de apenas 0,5% em relação ao ano anterior).
- ✓ Cerca de **74%** desse total (18,9 milhões foram protocolados na **Justiça Estadual**).
- ✓ Tramitaram, em 2009, cerca de **86,6 milhões** de processos (casos novos + casos pendentes).

Justiça em Números

Demanda

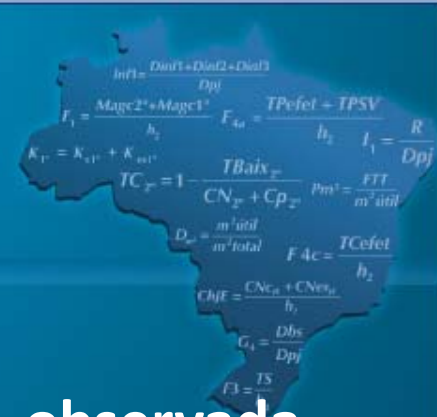


LITIGIOSIDADE

- ✓ Em relação aos processos em tramitação, houve **aumento** de **19,5%** em relação a 2008, mas que deve ser ponderado em virtude da **nova metodologia** que privilegiou agora a completa resolução das lides (casos baixados ao invés de casos sentenciados).
- ✓ A **taxa de congestionamento** média foi de **71%** (percentual que tem se revelado estável desde 2004). O principal gargalo é observado na primeira instância - de cada 100 processos em tramitação, apenas 29 foram finalizados até o final do ano.

Justiça em Números

Demanda



LITIGIOSIDADE

- ✓ Destaca-se a taxa de congestionamento observada na **fase de execução judicial**. O indicador nessa fase chega a atingir **81%** na Justiça Federal e **90%** na Justiça Estadual.
- ✓ No indicador “Sentenças e decisões terminativas de processo por magistrado”, houve um aumento de **3,6%** em relação aos dados de 2008 (crescimento que tem se mantido estável desde 2004). Cabe enfatizar que a Justiça Estadual tem liderado o movimento de aumento da produtividade média dos magistrados.

Justiça em Números

Demanda - Criminal



LITIGIOSIDADE (casos criminais)

- ✓ Foram revelados, pela primeira vez, os quantitativos de casos novos criminais. Em 2009, ingressaram na Justiça Estadual e Federal **3 milhões** de casos novos criminais no primeiro grau, representando 16,2% do total de casos novos nesses ramos da Justiça.
- ✓ Também foram iniciadas **244 mil execuções criminais** na Justiça Estadual e na Justiça Federal (239 mil e 5 mil, respectivamente).

Justiça em Números

Demanda – Processos Eletrônicos

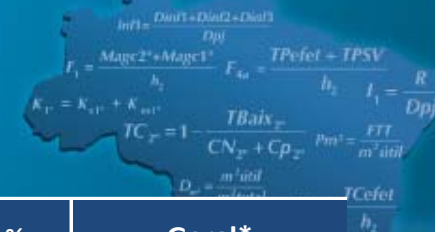


LITIGIOSIDADE (processo eletrônico)

- ✓ De maneira inédita, também foi levantado o **índice de processos eletrônicos** com vistas a investigar o grau de adoção da nova sistemática eletrônica de tramitação processual. A Justiça Federal está apresentando os melhores índices nesse indicador (variando de 52,4% a 69,1%).

Justiça em Números

Demanda – Justiça Federal



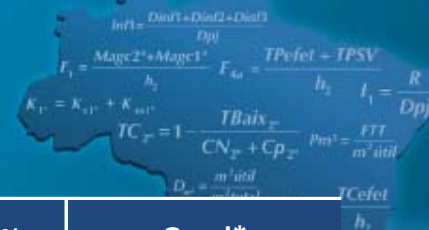
Rubrica	Federal	%	Geral*
Litigiosidade			
Total de Casos Novos	3.374.214	13,2%	25.509.463
Total de Casos Novos no 2º Grau	452.052	16,3%	2.776.833
Total de Casos Novos no 1º Grau	948.901	5,8%	16.406.659
Total de Casos Novos Eletrônicos	1.866.224	71,1%	2.624.573
Total de Casos Pendentes	7.352.908	12,0%	61.120.888
Total de Casos Pendentes no 2º Grau	936.622	37,9%	2.473.201
Total de Casos Pendentes no 1º Grau	4.133.084	8,0%	51.884.498
Total de Processos Baixados	3.369.395	13,4%	25.134.794
Total de Processos Baixados no 2º Grau	457.548	18,1%	2.532.753
Total de Processos Baixados no 1º Grau	1.263.297	7,7%	16.302.710
Total de Sentenças	2.754.453	11,9%	23.181.558
Indicadores			
Processos Baixados por Caso Novo	99,9%	-	98,5%
Carga de Trabalho Geral	7.195	-	5.518
Carga de Trabalho no 2º Grau	11.247	-	2.623
Carga de Trabalho no 1º Grau	4.576	-	5.662
Carga de Trabalho no 1º Grau - Conhecimento	1.266	-	2.419
Carga de Trabalho no 1º Grau - Execução	3.310	-	3.198
Taxa de Congestionamento Geral	68,6%	-	71,0%
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	67,1%	-	51,7%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau	75,1%	-	76,3%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau - Conhecimento	57,0%	-	63,4%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau - Execução	82,0%	-	85,7%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Demanda – Justiça do Trabalho



Rubrica	Trabalho	%	Geral*
Litigiosidade			
Total de Casos Novos	3.419.124	13,4%	25.509.463
Total de Casos Novos no 2º Grau	538.559	19,4%	2.776.833
Total de Casos Novos no 1º Grau	2.880.565	17,6%	16.406.659
Total de Casos Novos Eletrônicos	79.319	3,0%	2.624.573
Total de Casos Pendentes	3.238.595	5,3%	61.120.888
Total de Casos Pendentes no 2º Grau	228.244	9,2%	2.473.201
Total de Casos Pendentes no 1º Grau	3.010.351	5,8%	51.884.498
Total de Processos Baixados	3.403.181	13,5%	25.134.794
Total de Processos Baixados no 2º Grau	542.225	21,4%	2.532.753
Total de Processos Baixados no 1º Grau	2.860.956	17,5%	16.302.710
Total de Sentenças	3.251.544	14,0%	23.181.558
Indicadores			
Processos Baixados por Caso Novo	99,5%	-	98,5%
Carga de Trabalho Geral	2.278	-	5.518
Carga de Trabalho no 2º Grau	1.715	-	2.623
Carga de Trabalho no 1º Grau	2.390	-	5.662
Carga de Trabalho no 1º Grau - Conhecimento	1.299	-	2.419
Carga de Trabalho no 1º Grau - Execução	1.091	-	3.198
Taxa de Congestionamento Geral	48,9%	-	71,0%
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	28,2%	-	51,7%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau	51,1%	-	76,3%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau - Conhecimento	37,4%	-	63,4%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau - Execução	66,8%	-	85,7%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Demanda – Justiça Estadual



Rubrica	Estadual	%	Geral*
Litigiosidade			
Total de Casos Novos	18.716.125	73,4%	25.509.463
Total de Casos Novos no 2º Grau	1.786.222	64,3%	2.776.833
Total de Casos Novos no 1º Grau	12.577.193	76,7%	16.406.659
Total de Casos Novos Eletrônicos	679.030	25,9%	2.624.573
Total de Casos Pendentes	50.529.385	82,7%	61.120.888
Total de Casos Pendentes no 2º Grau	1.308.335	52,9%	2.473.201
Total de Casos Pendentes no 1º Grau	44.741.063	86,2%	51.884.498
Total de Processos Baixados	18.362.218	73,1%	25.134.794
Total de Processos Baixados no 2º Grau	1.532.980	60,5%	2.532.753
Total de Processos Baixados no 1º Grau	12.178.457	74,7%	16.302.710
Total de Sentenças	17.175.561	74,1%	23.181.558
Indicadores			
Processos Baixados por Caso Novo	98,1%	-	98,5%
Carga de Trabalho Geral	6.201	-	5.518
Carga de Trabalho no 2º Grau	2.180	-	2.623
Carga de Trabalho no 1º Grau	6.844	-	5.662
Carga de Trabalho no 1º Grau - Conhecimento	2.931	-	2.419
Carga de Trabalho no 1º Grau - Execução	3.834	-	3.198
Taxa de Congestionamento Geral	73,5%	-	71,0%
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	50,5%	-	51,7%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau	78,9%	-	76,3%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau - Conhecimento	67,2%	-	63,4%
Taxa de Congestionamento no 1º Grau - Execução	87,7%	-	85,7%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Demanda – Execução Fiscal



LITIGIOSIDADE (Execuções Fiscais)

- ✓ Também pela primeira vez foi realizado um **retrato das execuções fiscais** no Brasil, o que trouxe informações importantes para a compreensão da morosidade judicial brasileira.
- ✓ Dos 86,6 milhões de processos em tramitação em 2009, **26,9 milhões** eram processos de execução fiscal (constituindo aproximadamente um terço do total).

Justiça em Números

Demanda – Execução Fiscal



LITIGIOSIDADE (Execuções Fiscais)

- ✓ No âmbito da Justiça Estadual, o problema é particularmente preocupante. Dos 50,5 milhões de processos pendentes, aproximadamente **20,7 milhões** eram execuções fiscais (41% do total).
- ✓ Em 2009, de cada 100 processos de execuções fiscais em tramitação, apenas 14 foram finalizados no mesmo ano. Na Justiça Federal, enquanto a taxa média geral de congestionamento é de 69%, esse percentual alcança **90%** quando consideramos somente os processos de execução fiscal.

Justiça em Números

Demanda – Execução Fiscal

Justiça Federal



Rubrica	Federal	Geral*
Indicadores		
Casos Novos		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	8,5%	13,7%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	45,8%	50,9%
Casos Pendentes		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	35,5%	38,4%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	80,2%	70,2%
Casos em Tramitação		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	27,0%	31,1%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	74,6%	66,9%
Carga de Trabalho	7.195	5.518
<i>Carga de Trabalho sem Execução Fiscal</i>	5.680	5.363
Taxa de Congestionamento	68,6%	71,0%
<i>Taxa de Congestionamento sem Execução Fiscal</i>	67,0%	64,1%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Demanda – Execução Fiscal

Justiça do Trabalho



Rubrica	Trabalho	Geral*
Indicadores		
Casos Novos		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	0,7%	13,7%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	3,3%	50,9%
Casos Pendentes		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	3,7%	38,4%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	6,1%	70,2%
Casos em Tramitação		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	2,2%	31,1%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	5,3%	66,9%
Carga de Trabalho	2.278	5.518
<i>Carga de Trabalho sem Execução Fiscal</i>	5.680	5.363
Taxa de Congestionamento	48,9%	71,0%
<i>Taxa de Congestionamento sem Execução Fiscal</i>	67,0%	64,1%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho

Justiça em Números

Demanda – Execução Fiscal

Justiça Estadual



Rubrica	Estadual	Geral*
Indicadores		
Casos Novos		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	17,0%	13,7%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	58,0%	50,9%
Casos Pendentes		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	41,0%	38,4%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	73,5%	70,2%
Casos em Tramitação		
Percentual de Execuções Fiscais em relação ao total	34,5%	31,1%
Percentual de Execuções Fiscais em relação à execução	71,0%	66,9%
Carga de Trabalho		
<i>Carga de Trabalho sem Execução Fiscal</i>	5.680	5.363
Taxa de Congestionamento		
<i>Taxa de Congestionamento sem Execução Fiscal</i>	67,0%	64,1%

Fonte: Justiça em Números 2009

* Compreende as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho



Obrigado!

José Guilherme Vasi Werner
Secretário-Geral Adjunto
Conselho Nacional de Justiça